



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

### ----ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA, AOS VINTE E TRÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE.----

----- Ao vigésimo terceiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezanove, pelas catorze horas, reuniu o Conselho de Ilha de Santa Maria (CISM), no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila do Porto, para a primeira reunião ordinária, tendo como pontos da ordem de trabalhos; “Eleição da Mesa do Conselho de Ilha de Santa Maria” e “Outros assuntos”. -----

----- A esta reunião, compareceram os Conselheiros Pedro Miguel Teixeira Carreiro Coutinho - Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto; Carlos Henrique Lopes Rodrigues – Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto; Daniel da Silva Gonçalves; Roberto Furtado Lima de Sousa; José de Andrade Melo; Eduardo Manuel Pereira Cambraia, Jorge Alberto Monteiro Santos; José da Ascensão Cabral Branco; Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa; António Manuel Sousa Braga; Duarte Manuel Braga Moreira, Aníbal Cabral Moura, as Conselheiras Maria Helena Cabral de Lordelo, Maria Dulce de Oliveira Resendes, Márcia Catarina Costa Santos, e Graça Pombeiro Andrade Morais. Informaram a Mesa da sua ausência os Conselheiro José Arsénio Sousa Chaves, Jorge Alberto Monteiro Santos, e Marco André Braga Carvalho. Faltou sem ter justificado, os Conselheiros José Emanuel Sousa Medeiros, que ainda não tomou posse como representante da Associação de Pescadores, e Jorge Alberto Cabral Botelho. -----

----- A esta reunião, compareceu também a Deputada Regional eleita recentemente por Santa Maria à ALRAA , Elisa Lima de Sousa. Justificaram as suas ausências a Deputada Regional eleita por Santa Maria Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves e o Deputado Regional eleito por Santa Maria, João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa.-----

----- O Presidente do Conselho de Ilha, Conselheiro Daniel Gonçalves, deu início à reunião agradecendo a presença, e desejando um Feliz Ano Novo. Notou a presença, com boas-vindas, da Conselheira Graça Pombeiro Andrade Morais, representante da Região Autónoma dos Açores, e da deputada, pelo PSD/Açores, Elisa Lima de Sousa. O Presidente informou que, em virtude de esta reunião coincidir com a eleição de uma nova Mesa, esta irá proceder à ordem do dia regular, prosseguindo, de seguida, para a eleição da nova mesa e restante ordem de trabalhos. Assinalou que recebeu correspondência do Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto, a qual consiste essencialmente no reencaminhamento da resposta do governo regional à moção apresentada na Assembleia Municipal de Vila do Porto pelo membro do Bloco de Esquerda, e a qual acaba por elencar aquilo que todos já sabíamos, ou seja, a preocupação que o governo regional tem de nos manter informados com respeito ao tópico que estava na origem da moção, que é a instalação e a operação de uma base espacial, o Spaceport, em Malbusca. Quanto à correspondência enviada, o Presidente salientou que a publicação esta semana do Decreto-Lei 16/2019, no Diário da República, 1.ª série, n.º 15, de 22 de janeiro de 2019, é de grande relevância para nós porque, além de outros diplomas, este estabelece o regime de acesso e exercício de



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

atividades espaciais nos Açores. Em virtude de este assunto fazer parte atualmente no dia-a-dia do pensamento açoriano, o Presidente lembrou que este documento irá servir certamente como um instrumento de trabalho no Conselho de Ilha de Santa Maria para os próximos tempos. Passando para a ata da terceira reunião ordinária do Conselho de Ilha, o Presidente agradeceu a colaboração dos Conselheiros Duarte Moreira, Roberto Furtado e da Conselheira Maria Helena Lordelo que ajudaram a definir melhor os seus depoimentos na dita reunião. Feita as necessárias revisões, a ata foi a votação, e foi aprovada com a abstenção dos conselheiros (as) que não estiveram presentes na última reunião, isto é, Carlos Rodrigues, Márcia Santos, e Graça Morais. Por uma questão ambiental, o Conselheiro Jorge da Costa sugeriu que, para futuras reuniões, a cópia da ata fosse distribuída antes da reunião por meio eletrônico unicamente, proposta a que ninguém se opôs. -----

### Ordem de Trabalhos:

#### Ponto um: Eleição da Mesa do Conselho de Ilha de Santa Maria

----- O Conselheiro e Presidente da Mesa, Daniel Gonçalves realçou que havia uma única lista para a eleição da nova mesa do conselho. A lista é composta pelos Conselheiros Daniel da Silva Gonçalves, para Presidente, Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, para Vice-Presidente, José Arsénio Sousa Chaves, para Primeiro Secretário, e a Conselheira Maria Helena Cabral de Lordelo, para Segunda Secretária. A lista foi aprovada por voto secreto, com os seguintes resultados. A favor: catorze votos; contra: um voto.-----

----- A seguir, o Presidente mencionou que recebeu algumas recomendações que oferecem novas orientações sobre o funcionamento do Conselho de Ilha, todas elas no sentido da melhor organização dos trabalhos, e na forma como comunicamos ou preparamos as reuniões. Acrescentou que, se houver mais alguém que deseje participar neste sentido, poderá fazê-lo agora durante a reunião ou enviar por email. --

----- Dando seguimento, o Presidente abriu inscrições para o período Antes da Ordem do Dia, havendo várias inscrições. Aberta as inscrições, foi dada a palavra ao Conselheiro Jorge da Costa que assinalou que, a pedido do Conselheiro José Arsénio Sousa Chaves, que não pode estar presente nesta reunião do Conselho, desejava levantar um tema que, por coincidência, também é muito do seu interesse, isto é, divulgar a sua preocupação sobre o que se está a passar atualmente dentro da Unidade de Saúde de Santa Maria, como tem sido noticiado pela comunicação social regional. O Conselheiro lembrou que tem vindo a ser tornado público um conjunto de questões, queixas, reclamações, demissões, inquéritos e investigações que têm tudo que ver diretamente com o funcionamento da Unidade de Saúde de Vila do Porto. O Conselheiro também afirmou que, como utente da Unidade de Saúde, tem observado práticas de carácter administrativo que deixam muito a desejar, e que não



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

HOS  
[Handwritten signature]

vão ao encontro das mais básicas necessidades e conveniências dos utilizadores daquele serviço hospitalar. O Conselheiro Jorge Costa enumerou ainda vários exemplos de situações às quais ele próprio foi sujeito recentemente, e que, a seu ver, considerou desproporcionadas. Em virtude destes acontecimentos, o Conselheiro Jorge Costa propôs que na próxima deslocação à Ilha de Santa Maria do senhor Secretário da Saúde, ou do senhor Diretor Regional da Saúde, que o Conselho de Ilha marque, antecipadamente, uma reunião com estes dirigentes administrativos para que se possa esclarecer e identificar, convenientemente, as necessidades que a ilha tem com respeito a esse assunto. O Conselheiro pediu ao Presidente do Conselho que considere esta proposta para votação. -----

----- O Conselheiro José Branco pediu a palavra para dizer que embora este Conselho tenha dado, na sua reunião de outubro de 2018, um parecer favorável ao documento *Anteproposta para o Plano Regional de 2019 do Governo Regional dos Açores*, sentiu-se constrangido perante o facto de ter havido, dois dias depois da reunião, uma manifestação de estudantes e professores a reivindicar que não estava tudo bem na Escola e que havia muita coisa a alterar. O Conselheiro pediu que este Conselho de Ilha esteja particularmente atento e sensibilizado aos diversos problemas da ilha e que transmita a quem de direito, sem qualquer tipo de acanhamento ou inibição, ao que achamos ter direito. Acrescentou que somos os maiores contribuintes per capita na região, e portanto a ilha merece um maior investimento público.-----

----- Conselheiro José Melo salientou que a proposta do Conselheiro Jorge Costa é uma situação que não é inédita, mas que pode ser repetida. O Conselheiro José Melo expressou a sua preocupação com a forma e conteúdo que tal reunião poderá haver ter. O Conselheiro é a favor de manter a proposta, mas adiantou que “até lá se faça uma elencação de situações” precisas, concretas, objetivas e fundadas. A seguir, a palavra foi dada ao Conselheiro António Braga que informou que, a partir de Janeiro de 2019, o regime de deslocações de doentes para fora da Ilha foi sujeito a alterações, e que acha importante que o Conselho se familiarize com os novos procedimentos antes de tomar qualquer ação. O Conselheiro Jorge Costa retomou a palavra e disse estar de acordo que seja necessário elencar um conjunto de vários itens, nenhuns deles de carácter individual, mas sim sobre o funcionamento da unidade de saúde na sua generalidade, acrescentando um conjunto de pressupostos que se entende ser os serviços mínimos de saúde. O Conselheiro disponibilizou-se para preparar um documento que reúna as contribuições dos conselheiros(as) sobre este assunto. O Conselheiro António Braga interveio para esclarecer que as alterações feitas à legislação sobre as deslocações que entraram em vigor em setembro de 2018 só começaram a ser executadas a partir de 1 de Janeiro de 2019. Continuando no mesmo tema, os Conselheiros Carlos Rodrigues e Jorge Santos participaram no debate oferecendo exemplos concretos e algumas experiências próprias que coloca em



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

questão a consideração, a importância e o respeito pelos utilizadores da unidade de saúde de Santa Maria. Entre outros, foi dado como exemplo o facto de ter sido recrutado um médico de língua estrangeira para um serviço tão importante como é aquele dos serviços de urgência, e que este tem dificuldades de se fazer entender em português. Por decisão da mesa do CI, este documento a enviar ao Secretário Regional da Saúde deverá fazer parte integrante desta Ata como anexo.-----

Tomou a palavra, a seguir, o Conselheiro Pedro Coutinho que pediu à Conselheira Maria Helena Lordelo, que é umas das representantes da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, para relatar o que se havia passado na reunião daquele conselho, e que teve lugar no dia anterior. A Conselheira começou por dizer que a Ordem de Trabalhos para essa reunião foi somente uma, ou seja, emitir parecer sobre o *Plano de Atividades da Unidade de Saúde para o Ano de 2019*. Feitas algumas pequenas alterações, pode-se dizer que este documento é semelhante àquele que foi emitido em 2018. De maior relevância, a Conselheira Maria Helena Lordelo informou que a Conselheira Leonor Batista, representante da Câmara Municipal, questionou a ausência do *Relatório de Atividades para 2018* que, segundo o regulamento do Conselho Consultivo, cabe a esta responsabilidade de analisar o relatório anual e emitir o seu parecer. Foi transmitido pelo Presidente do Conselho de Administração da USI que as datas de emissão destes dois documentos não coincidem, e que este último está ainda em fase de preparação. Sabe-se que o *Relatório de Atividades para 2017* nunca foi emitido. Foi também assinalado que esperam algumas economias a partir de 1 de Janeiro de 2019, no custo das despesas das deslocações de doentes para os hospitais e/ou clínicas localizadas fora da Ilha de Santa Maria. Segundo o novo regulamento, a responsabilidade financeira e administrativa para a primeira deslocação de utentes inter-ilhas é assumida pela Unidade de Saúde onde o utente está inscrito, enquanto que as subsequentes deslocações, referida como “as seguintes”, é gerida e assumida pelo hospital destino. Quanto à deslocação de médicos especialistas à Unidade de Saúde de Santa Maria, não se espera nenhuma alteração. Os contratos convencionados continuam à semelhança do ano anterior. A Conselheira Maria Helena Lordelo reportou ainda que o Conselheiro Paulo Sanona, representante da Assembleia Municipal, perguntou ao Presidente do Conselho de Administração se o inquérito da Secretaria Regional da Saúde sobre o Diretor Clínico já estava concluído. Não tendo informação privilegiada sobre essa matéria, o Presidente do Conselho de Administração, João Paulo Serôdeo Melo, disse que é público que a investigação está ainda a decorrer. A Conselheira Maria Helena Lordelo também reportou que a Conselheira Leonor Batista manifestou preocupação sobre um tema sensível, ou seja aquele que concerne a privacidade e o sigilo num lugar público como o é aquele da Unidade de Saúde. Depois de uma longa discussão sobre o tema, foi proposto que haja



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

periodicamente ações de sensibilidade dirigida aos funcionários no que diz respeito a esta matéria. Por fim, A Conselheira Maria Helena Lordelo mencionou que algumas perguntas levantadas pelos conselheiros ficaram por esclarecer porque o Diretor Clínico, Dr. Paulo de Sousa, não pode estar presente na reunião. -----

----- O Presidente da Mesa, Conselheiro Daniel Gonçalves, passou a palavra à deputada Elisa de Sousa aproveitando a ocasião para dar-lhe as boas-vindas e desejando-lhe sucesso no seu trabalho como representante da ilha na Assembleia Legislativa. A Conselheira Elisa de Sousa agradeceu e expressou satisfação por estar presente neste órgão, e “poder ouvir aquelas que são as vossas preocupações e que refletem as preocupações de todos os Marienses”, e prometeu esforçar-se para levá-las a quem de direito. A Conselheira lembrou que o tema sobre a Unidade de Saúde de Santa Maria foi o tema da sua primeira intervenção em sede de plenário na Assembleia Legislativa, e que foram várias as questões levantadas ao senhor Secretário Regional da Saúde, mas que este optou por não responder a nenhuma delas. A Deputada e Conselheira Elisa Sousa informou que tinha sido recentemente emitida a Convocatória da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, agendada para o dia 31 de janeiro de 2019, onde haverá uma Audição do Secretário Regional da Saúde sobre o Requerimento do Grupo Parlamentar do BE, a solicitar a audição do Secretário Regional no sentido de prestar esclarecimentos sobre o funcionamento da Unidade de Saúde de Vila do Porto, e em particular, esclarecimentos relacionados à atuação do Diretor Clínico daquela unidade. No âmbito das suas competências como deputada, a Conselheira Elisa de Sousa disse que pretende levar os assuntos debatidos sobre o tema principal desta reunião à consideração do Senhor Secretário.-----

----- O Conselheiro Eduardo Cambraia tomou a palavra e disse estar em pleno acordo com as preocupações já levantadas pelos conselheiros, mas preveniu que o trabalho tem de ser sustentado em factos e bem documentado. Mencionou que gostaria de acrescentar mais um ponto, ou seja, aquele que tem que ver com o relacionamento entre a SATA e o centro de saúde quanto às deslocações, sobretudo em situações onde os doentes continuam a ficar “pendurados” no aeroporto e sem hipótese muitas vezes de embarcar. O Conselheiro Carlos Rodrigues interveio para ressaltar o que ele próprio designou como o “caos da fisioterapia”, ou seja, um departamento que tem uma procura muito elevada e que está a funcionar com uma só fisioterapeuta. A Conselheira Maria Helena Lordelo recordou que, contrário há alguns anos atrás, temos agora várias fisioterapeutas na ilha, e pelo menos uma empresa privada de fisioterapia, com quem a Unidade de Saúde poderia considerar fazer um acordo, há semelhança do que acontece com clínicas privadas em São Miguel, e, desta forma, assegurar os tratamentos “em casa”. -----

Dando seguimento, o Conselheiro Pedro Coutinho tomou a palavra e expressou satisfação, embora depois de grande espera, pela nomeação da Conselheira Graça



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

Morais como representante do governo regional neste órgão. Por outro lado, o Conselheiro demonstrou profundo desagrado quanto ao silêncio pela parte do governo regional para com os órgãos públicos da ilha de Santa Maria, nomeadamente, este órgão e a Assembleia Municipal de Vila do Porto, sobre o que está a decorrer a respeito do projeto Spaceport. -----

----- A Conselheira Dulce Resendes retomou o assunto sobre os serviços de saúde em Santa Maria. Ressaltou que, embora partilhe das preocupações levantadas pelo Conselheiro Jorge Costa, a opinião geral que tem do funcionamento do centro de saúde é boa. É sabido que algumas das preocupações já mencionadas, e haverá até outras, existem. Concorde que poderemos tomar nota delas e fazê-las chegar através de uma audiência com senhor Secretário e com o senhor Diretor Regional. A Conselheira adiantou que é fundamental fazer-se previamente um estudo, devidamente complementado, para se poder “filtrar os problemas”, porque alguns destes são do foro interno e poderão ser resolvidos a nível local. Outros têm que ver com políticas ao nível do governo regional como, por exemplo, as deslocações dos doentes para as outras ilhas, as quais estão ligadas a compromissos do governo regional para com a SATA ou a Saudaçor. A Conselheira Dulce Resendes insistiu no facto que deverá se fazer um apanhado de dados que nos permitirá obter uma genuíno entendimento dos problemas que poderão estar a acontecer nos serviços internos e clínicos daquela unidade de saúde, antes de um encontro com o senhor Secretário. -----

O Conselheiro Duarte Moreira tomou a palavra e disse que partilha, à semelhança do que já foi referido anteriormente, das preocupações com respeito ao nível da saúde, e daquilo que se vai ouvindo falar sobre o centro de saúde de Vila do Porto, mas não quis deixar de dizer que na região temos um bom sistema de saúde público, e que de forma geral este responde às necessidades dos açorianos, e neste caso em particular, às de Santa Maria. Dito isto, diz reconhecer que alguns problemas existem e apresentam-se a vários níveis. Uns têm a ver não só com o subfinanciamento crónico do sistema, mas também com o custo elevado da tecnologia de diagnóstico e tratamento em saúde, os desafios atuais sobre os serviços que são cada vez maiores, devido ao envelhecimento da população, outros ao nível da organização das próprias unidades de saúde, e finalmente ao nível do profissionalismo individual das pessoas que estão em certos cargos, deixam, nalgumas situações, muito a desejar. O Conselheiro Duarte Moreira finalizou deixando uma nota positiva quanto ao sistema regional de saúde, que em termos comparativos com muitas das regiões do continente, funciona melhor. -----

----- O Conselheiro António Braga acrescentou à declaração anteriormente levantada pela Conselheira Dulce Resendes sobre a desorganização do estacionamento de viaturas na unidade de saúde, e disse que o problema está sobretudo ligado à falta de civismo por parte das pessoas que utilizam os serviços e à falta de atuação da PSP. O Conselheiro é de opinião que os lugares de estacionamento junto à porta principal deveriam ser utilizados somente por pessoas autorizadas ou com problemas de deficiência motora. O Conselheiro reportou ainda que o equipamento de fisioterapia está obsoleto e já não



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'HS' and 'Alced'.*

serve às necessidades do departamento, e informou que as consultas programadas, contrário ao que muitas pessoas acreditam, já não são feitas há muito tempo. Todos estes assuntos, acrescentou, recaem sobre o Diretor Clínico. -----

----- A seguir, o Conselheiro Roberto Furtado tomou a palavra, e lembrou que é fundamental que tenhamos acesso ao dados do *Relatório de Atividades da Unidade de Saúde de Santa Maria*, para que se possa analisar de uma forma institucional, as atividades da unidade de saúde. Ambos, quer o *Plano de Atividades*, quer o *Relatório de Atividades* da unidade de saúde da ilha deverão ser elaborados anualmente pelo Conselho de Administração da Unidade de Saúde, e é da competência do Conselho Consultivo da Unidade de Saúde emitir parecer sobre ambos os planos. Adiantou que só através do *Relatório de Atividades*, que aliás nunca foi apresentado, poderemos conhecer quantitativamente, e analisar questões relacionadas com consultas diárias na unidade de saúde, o tempo de espera do atendimento de urgência, contactos feitos por telemedicina, consultas feitas através do serviço de deslocações para o exterior da ilha, evacuações médicas via o serviço militar, consultas feitas por especialistas que se deslocam a Santa Maria, relatórios de internamentos e número de acamados diários, e muitas outras questões. Além disso, o Conselheiro Roberto Furtado disse estar disponível para ajudar a fazer a elencagem, mas é de opinião que as questões devem ser colocadas à tutela. O Conselheiro Roberto Furtado também não quis deixar de dar nota positiva ao sistema de saúde regional no que tem que ver com os recursos humanos que já temos e com o investimento que foi feito nas infraestruturas e equipamentos. Mas diz ter de dar, claramente, uma nota negativa à tutela quanto à gestão do SRS. Disse o Conselheiro “estamos pela hora da morte”, e isto “aflige” tanto os marienses como os açorianos, todavia os problemas quanto ao financiamento e à organização das unidades de saúde de ilha são questões que só a tutela pode resolver. Adiantou o Conselheiro Roberto Furtado, o Conselho Consultivo foi criado para que a comunidade possa acompanhar e fiscalizar a atividade da Unidade de Saúde e contribuir para a sua constante melhoria. O *Regulamento do Conselho Consultivo* foi elaborado há quatro anos e nenhum relatório de atividades foi ainda apresentado. A tutela, mais uma vez, tem que dar claras indicações ao conselho de administração da USI que o *Regulamento do Conselho Consultivo da Unidade de Saúde de Santa Maria* “é para cumprir” e que deve apresentar anualmente os relatórios de atividades. -----

----- O Conselheiro Jorge Costa retomou a palavra e disse que, para finalizar, gostaria de realçar dois aspetos. Primeiro, voltando ao assunto da articulação entre a SATA e a unidade de Saúde, deixou o alerta que não há turismo sem os cidadãos estarem satisfeitos. O turismo, acrescentou, não deve ser um fator que aporte atrito entre os habitantes da localidade onde vivem, portanto a tutela tem que encontrar uma forma de equilíbrio que satisfaça ambas as partes. Para podermos determinar as necessidades de uns em comparação aos outros, é necessário que tenhamos acesso a estatísticas de utilização de voos, e teme que iremos encontrar grande dificuldade para obtê-las, porque não há da parte do governo divulgação voluntária, nem tampouco existem estatísticas



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

para os Açores que estejam compiladas segundo normas internacionais como as que são divulgadas, por exemplo, pelo Serviço Nacional de Estatísticas. O Conselheiro acrescentou que um tópico adicional de grande relevância para colocarmos ao senhor Secretário da Saúde tem haver com o resultados dos rastreios que têm sido feitos na ilha de Santa Maria, sobretudo no que diz respeito às diligências e recomendações clínicas apontadas nas cartas enviadas aos utentes. O Conselheiro Jorge Costa não quis também deixar dúvidas, e disse concordar com o que o Conselheiro Duarte Moreira levantou na sua intervenção anterior, isto é, que existem sistemas de saúde muito piores do que aqueles que temos na nossa da região, mas, advertiu, que “nunca sigamos os maus exemplos porque existem muito melhores e devemos olhar é para eles.” A seguir, o Presidente Daniel Gonçalves tomou a palavra para relembrar que a Unidade de Saúde é composta de muitos serviços e muitas pessoas e que não poderia deixar de relevar a qualidade e a assistência que temos a nível dos nossos enfermeiros (as). O Conselheiro José Branco retomou a palavra para fazer uma advertência, já que os temas relacionados com a saúde têm um significado primordial para os cidadãos e cidadãs e que não devemos esquecer que o acesso à saúde é um direito provido pela Constituição. Adiantou que há consciência na comunidade que “alguma coisa está mal” e que, conseqüentemente, teremos que fazer esforços para encontrar soluções. Para concluir este assunto, o presidente Daniel Gonçalves realçou a necessidade de se reunir num só documento todas as questões levantadas e que poderiam conter os contributos dos conselheiros e conselheiras para a resolução destes problemas, documento que, depois de lido, analisado e aprovado pelos conselheiros e conselheiras seria destinado à tutela para apreciação. -----

### Ponto dois: Outros Assuntos

Foi dada a palavra ao Conselheiro José Branco que disse que recentemente veio a saber que o terreno junto ao Açucareiro (na zona do aeroporto), onde se encontra uma grande vedação à volta, está destinado a ser o futuro parque fotovoltaico da EDA. Embora o Conselheiro reconheça a importância deste investimento, questiona se não haveria outra localização ou zona onde seria mais plausível instalar o parque. Considera que os terrenos passados para a ilha pelo governo regional “são ativos importantíssimos para a nossa economia em todos os aspetos” e não deveriam ser distribuídos “sem que haja um plano integrado de acordo com o PDM, de acordo com os instrumentos legais existentes, de modo a dar rendibilidade a todos esses bens e ativos”. O Conselheiro propôs que se considere procurar saber, junto do senhor Vice-Presidente do Governo, e de outros a quem de direito, se de facto existe um plano integrado para a utilização de todas essas vastas áreas da nossa ilha. O Conselheiro adiantou que considera a área destinada ao parque “uma área nobre”, e lembrou que “os terrenos públicos são nossos, são de Santa Maria”. Ainda sobre o mesmo assunto, o Conselheiro Roberto Furtado interveio para dizer que existe um Plano de Diretor Municipal, e que de acordo



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

com o plano, a zona do Anal “é uma zona florestal, e portanto está fora de qualquer tipo de utilização que neste momento estão a dar àquele local.” As preocupações do senhor Presidente da Câmara para aquela zona, acrescentou, “são muito pertinentes”. Ainda sobre o mesmo assunto, o Conselheiro Roberto Furtado interveio para dizer que de acordo com o Plano de Diretor Municipal, a zona do Anal está classificada como “zona florestal” e, portanto, o parque fotovoltaico não se enquadra neste tipo de classificação de espaço. As preocupações do senhor Presidente da Câmara para aquela zona, acrescentou, “são muito pertinentes”. O Conselheiro Roberto Furtado disse preocupar-se com “esta forma de gerir o território”, que existem instrumentos de gestão territorial exatamente para zelar pela melhor gestão do mesmo, nós não podemos estar perante decisões avulsas...” e assinalou, além disso, que “nós não podemos ter uma gestão pública que a toda a hora atropela os instrumentos de planeamento do território”. O Conselheiro disse ainda estar a antever uma preocupação adicional, isto é, o projeto do anunciado “Spaceport e atividades espaciais” não estão previstas em nenhum documento de gestão territorial local, regional e nacional e espera que, “antes de avançarem com qualquer autorização, que tenham a boa prática e rigor de proceder à alteração dos documentos de gestão territorial”. O Conselheiro José de Melo pediu a palavra para ressaltar que compete à Câmara Municipal de Vila do Porto “a gestão e a observação do que cabe no âmbito dos compartimentos territoriais do PDM”. Foi dada, a seguir, a palavra ao Conselheiro e Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria, que esclareceu que, segundo o PDM, na Birmânia, abaixo do parque fotovoltaico, até ao matadouro, esta zona está designada para uma futura expansão do parque industrial. Dito isso, alertou para o facto que qualquer plano ou qualquer zona industrial tem que ser “infraestruturada”. O Conselheiro Carlos Rodrigues acrescentou já ter promovido uma reunião a esse respeito com a empresa Ilhas de Valor, que é quem tem atribuído os terrenos, mas não obteve nenhuma resposta, nem tampouco consultaram a Câmara se podiam ceder o total do terreno à EDA. Explicou ainda que, um projeto com o parecer positivo das entidades que o tutelam, deixa a Câmara praticamente sem autoridade para o impedir. A seguir, a palavra foi dada à Conselheira Dulce Resendes que sobre o mesmo assunto ressaltou que a gestão do projeto poderá ter sido feita pelas Ilhas de Valor, mas a concessão de terrenos e infraestruturas cabe à Vice-presidência. Ao conceder o terreno à EDA, adiantou a Conselheira, a Vice-presidência “tem por obrigação de saber que existe um instrumento de gestão territorial em Santa Maria” e que o terreno em questão “não é enquadrável” para um parque daquela natureza. A Conselheira acrescentou que quem dá os terrenos, é a Vice-presidência, logo “a Vice-presidência tem que ser confrontada por escrito pela entidade gestora deste instrumento de gestão territorial que não está a cumprir aquilo que foi aprovado por todos”. A Conselheira alertou também para o facto de que, para que possamos intervir, teremos que nos certificar antes que todos os mecanismos legais foram esgotados. O Conselheiro Carlos Rodrigues interveio dizendo que a Câmara Municipal tem continuamente mostrado uma abordagem conciliadora e facilitadora para com todos os promotores de



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

investimentos em Santa Maria, e tudo o que Câmara pede e espera, é que os promotores de projetos, sejam eles privados ou governamentais, respeitem os regulamentos legais providos pelo PDM. Todos os projetos, adiantou, tem dono e é este o responsável pelas infraestruturas, não a Câmara. Quanto ao projeto da EDA, esclareceu, que quem entregou os terrenos, e representou os promotores, foi as Ilhas de Valor. Ainda sobre este assunto, o Conselheiro Carlos Rodrigues, referiu que “os processos todos entraram pelas Ilhas de Valor, e quando a Câmara emitiu o seu parecer, como se fosse um privado a fazê-lo, isto é, enumerando o que era necessário fazer quanto às infraestruturas mínimas para segurar o seu funcionamento, a Vice-presidência “retirou-os das Ilhas de Valor e entrou-os para a habitação... fizeram o que quiseram”, e mais não se pode fazer porque o governo, acrescentou o Presidente da Câmara, tem poder vinculativo. -----

----- O Conselheiro Duarte Moreira pediu para intervir e informou que a cedência de terrenos por parte do governo regional a privados, é de facto processada e elaborada por um departamento regional da dependência da Vice-presidência, e depois alvo de uma aprovação em Conselho de Governo. Referiu que, depois de um terreno ser cedido a um privado que é promotor de um projeto, passa a ser um promotor privado. Acrescentou que “quando as coisas estão mal, e não se consiga uma conciliação, alguém no seu limite que tenha poder legal, tem que pôr travão a isso”. O Conselheiro concordou com o senhor Presidente da Câmara, assinalando que quando se trata de “uma obra ou algum investimento público da região, a região sobrepõe-se à Câmara”, ou seja, a Câmara deve ter conhecimento, “mas que esse projeto não está dependente da aprovação, ou não, da Câmara.” O Conselheiro Duarte Moreira aproveitou esta oportunidade para informar os conselheiros sobre as várias fases do processo que está a decorrer a respeito do projeto da Associação Agrícola de Santa Maria, referente ao Centro de Acabamento e Engorda.-

----- O Presidente do Conselho Daniel Gonçalves perguntou ao senhor Presidente da Câmara se houve algum pedido de parecer prévio para a instalação do parque fotovoltaico. O Conselheiro Carlos Rodrigues respondeu que todos os pareceres indicam que o terreno é para futura expansão da zona industrial. O terreno, acrescentou, é de origem florestal, possui mais de 5,000 m<sup>2</sup>, o projeto tem o aval dos serviços florestais, mas alerta para o facto de que a área “não está infraestruturada”. O Conselheiro Roberto Furtado disse ter ficado surpreendido perante as várias abordagens que foram levantadas no Conselho sobre esta matéria. “Pelos vistos - disse - ninguém aqui concorda com a utilização que está ser dada e da forma como está a acontecer essa distribuição dos terrenos”. O Conselheiro Carlos Rodrigues interveio para esclarecer que nem todos discordam com a “utilização” do espaço, mas sim com o “método”. O Conselheiro Roberto Furtado expressou apreensão sobre essa matéria, e disse que a questão que se coloca é que “efetivamente não se está a cumprir com os documentos de gestão territorial da ilha e isto é gravíssimo. Por essa razão, e por todas aquelas que foram postas aqui na Mesa, sugiro que o Conselho de Ilha peça um esclarecimento à Vice-Presidência do governo sobre os termos da resolução do governo que suportou a atribuição dos terrenos à GlobalEda... ou à EDA”. E dado que “estamos a constatar que



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

toda a zona do aeroporto está a ser alvo duma atribuição *ad hoc*”, o Conselheiro Roberto Furtado sugeriu que se peça um esclarecimento “à Vice-presidência sobre os fundamentos e pressupostos para a atribuição de todos os terrenos na zona do aeroporto, e à Direção Regional da Energia, Transportes e Ambiente, os pressupostos e os pareceres que fundamentaram a atribuição dos terrenos para o parque fotovoltaico de Santa Maria.” -----

----- Para encerrar, foi permitida uma última intervenção ao Conselheiro José Branco que questionou “como é que se atribui, ou cedem, ou vendem património público sem o conhecimento prévio de toda a comunidade”. Defendeu, vigorosamente, que um processo desta natureza tem de ser, à priori, transparente, público, e aberto a propostas que possam surgir da comunidade. Adiantou ainda que, no seu parecer, a falta de transparência na atribuição de terrenos públicos é especialmente “grave para a economia da ilha”. Ao encerrar este assunto, o Presidente Daniel Gonçalves concluiu dizendo que a Mesa vai tentar reunir da melhor forma possível os contributos dos Conselheiros sobre este tópico e, seguindo a mesma lógica do problema anterior, elaborar um documento e fazê-lo chegar a quem de responsável. -----

----- Para finalizar, o Presidente deu a palavra à Conselheira Márcia Santos que ressaltou dois pontos que considera de grande preocupação, isto com respeito ao Decreto-Lei n.º 16/2019, de 22 de janeiro de 2019, o qual estabelece o regime de acesso e exercício de atividades espaciais em Portugal e Açores. O Artigo 19.º (Capítulo III, p. 459) e que tem a ver com o seguro obrigatório. A Conselheira apontou particularmente para o ponto 3 onde se pode ler que “Através de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da ciência e tecnologia e do mar, o seguro pode ser dispensado ou o montante segurado pode ser reduzido – tendo estas questões sido enfatizadas pela conselheira – e nomeia a seguir os casos em que os termos são aplicáveis. A Conselheira lembrou que “estamos a falar de responsabilidade civil”, e considera este assunto “bastante grave”. O outro ponto que a Conselheira Márcia Santos salientou tem a ver com as contraordenações (Secção II, Artigo 34.º, p. 460). Segundo a Conselheira, as coimas parecem ser completamente desproporcionais quando comparadas com valores antes referidos num documento de proposta de lei emitido anteriormente pelo governo. Não obstante a importância da intervenção da Conselheira Márcia, o Presidente e Conselheiro Daniel Gonçalves salientou que é do nosso interesse convocar uma reunião do Conselho de Ilha dedicada a este tema, o do Spaceport, numa fase em que nos permita ouvir os conselheiros e conselheiras antes da fase signatária dos contratos. Seguiu-se uma longa discussão sobre o que seria o melhor *timing* para essa reunião, tendo sido apontada a primeira semana de abril, como data exequível. Para finalizar, o Presidente Daniel Gonçalves agradeceu todas as intervenções e comprometeu-se que irá agendar uma reunião extraordinária do Conselho de Ilha logo que oportuno. -----

O Presidente Daniel Gonçalves concluiu a reunião agradecendo o óptimo trabalho das Conselheiras Márcia Santos e Dulce Resendes aquando Secretárias da Mesa durante



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

2017/2018. O Presidente também agradeceu a participação de todos(as) os conselheiros (as), e nada mais havendo a tratar deu por encerrada esta sessão pelas dezoito horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Maria Helena Cabral de Lordelo, que a redigi e subscrevi, bom como pelos membros da Mesa do Conselho de Ilha.

Daniel da Silva Gonçalves

Maria Helena Cabral de Lordelo

Jose Assisio J. Cruz